



ESTADO DO AMAZONAS  
PODER JUDICIÁRIO  
SUBCOMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA  
AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2019 DO  
SUBCOMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO  
PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2019, na sala de reuniões da Diretoria do Fórum de Justiça Ministro Henoch Reis, às 14:00h (quatorze horas), em cumprimento às disposições contidas no art. 7º da Portaria nº. 605/2017-PTJ, reuniram-se consoante prévia convocação realizada por e-mail, os seguintes membros: MM. Juiz de Direito Dr. Jean Carlos Pimentel dos Santos, MM. Juiz de Direito Dr. Aldrin Henrique de Castro Rodrigues, os servidores, Fábio Tavares Amorim, Joyce Melo Makarem de Freitas e José Andress da Rocha Albuquerque Cavalcanti. Presentes, também, o servidor Máximo Soares de Sena, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Estado do Amazonas-SINTJAM, com assento neste Subcomitê e os servidores Mauro Saraiva Barros Lima, representando o setor de Gestão de Pessoas e Maria Cristina de Paiva Matos, representando o setor de Planejamento do Tribunal de Justiça. Registra-se que, apesar de convocados através dos Ofícios nº 052, 054, 056, 058, 059 e 060/2019 – SOAPG/TJAM, não se fizeram presentes a representante da Associação de Magistrados do Amazonas - AMAZON, o representante do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas – SINDOJUS/AM, bem como o chefe da Divisão de Contabilidade, Finanças e Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, um representante do Setor de Projetos do Tribunal de Justiça, um representante da Assistência Militar do Tribunal de Justiça do Amazonas e o chefe da Divisão de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. O senhor Presidente, comunicou que a referida reunião tinha por objetivo a deliberação das atribuições designadas na Portaria nº 2064/2018-PTJ, de 20/08/2018, na seguinte ordem de pauta: **1. Análise e aprovação da ata de reunião do Subcomitê do dia 29/07/2019.** Submetida para análise a pauta do dia 29/07/2019 ela foi aprovada e rubricada pelos Membros presentes na reunião. **2. Participação deste Subcomitê, através do Sr. José Andress da Rocha Albuquerque Cavalcanti e do MM. Juiz de Direito Dr. André Luiz Nogueira Borges de Campos, membros deste Subcomitê, na reunião do Subcomitê de Formação, Aperfeiçoamento e Gestão de Pessoas.** Na oportunidade, o servidor José Andress da Rocha Albuquerque Cavalcanti entregou o relatório da reunião do dia 26/07/2019 (Anexo), em cuja pauta deliberou-se: pelo debate e deliberações acerca da elaboração e finalização da Portaria de implantação do sistema de flexibilização dos horários e marcação de ponto, para o qual foi aberto o Processo CPA nº 2019/22922, o qual está para análise do setor de projetos e autorização do Presidente; pela realização do encontro/palestra para apresentação e explanação do fomento às boas práticas através da Gestão por Competência e Gestão Por Pessoas, a qual ocorrerá em 02/09/2019. Outrossim,

59F



ESTADO DO AMAZONAS  
PODER JUDICIÁRIO  
SUBCOMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA  
AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

---

considerando esse encontro de gestão de pessoas, o servidor Mauro Saraiva Barros Lima, representante do setor de Gestão de Pessoas, reafirmou o convite ao nosso Subcomitê para participar de uma reunião com a gestora do CNJ no dia 03/09/2019 às 09:00h, na sala de reunião da Presidência, tendo sido ratificada a participação de todos os possíveis na mesma. Quanto a atualização dos provimentos de atos ordinatórios, bem como elaboração do fluxo de processamentos desses atos, a fim de auxiliar a eficácia e efetividade dos trabalhos cartorários e de secretarias, principalmente, as dos interiores, cuja mão de obra é menos preparada e ou diminuta, a servidora, Maria Cristina de Paiva Matos, representante do setor de Planejamento do Tribunal de Justiça ficou de passar um posicionamento após reunião com os servidores Márcia e Redson e juiz de Direito, Dr. Roberto Taketomi, ficando de dar melhores esclarecimentos na próxima reunião. Por fim, no que refere à elaboração de manuais de rotinas a serem adotados no Tribunal de Justiça, os quais facilitariam em muito as atividades e impediria o sobrestamento do serviço por diminuição de pessoal, foi suscitada a existência de manuais da Corregedoria, os quais poderiam ser atualizados, bem como analisar os cursos que tem em andamento e previsão, visando, com isso, a preparação dos servidores egressos do concurso em andamento deste Tribunal de Justiça. **3. Comparecimento de nosso representante, Sr. Fábio Tavares Amorim, na Divisão de Contabilidade, Finanças e Orçamento do Tribunal de Justiça.** O Vice-presidente deste Subcomitê, Sr. Fábio Tavares Amorim, solicitou o adiamento desta pauta para a próxima reunião, o que foi deferido pelos membros. **4. Fomento à Assessoria Virtual.** Considerando as ideias de ações conjuntas entre este Subcomitê e o Núcleo de Assessoramento Virtual, têm-se que para a implementação de mutirões criminais nas comarcas do interior, entendeu o Diretor do Núcleo de Assessoramento Virtual, Sandro Rodrigues, conforme informação da sua assistente, Sr<sup>a</sup>. Adriana Brito, de que a menção na reunião do dia 02/07/2019 teria sido suficiente para comunicação aos magistrados. Contudo, após deliberação, os membros deste Subcomitê entenderam ser necessário o envio do Ofício Circular aos juízes do interior com grandes demandas criminais, questionando, inclusive, sugestões dos mesmos quanto ao que seria necessário para implementação do mutirão em suas comarcas. De outro turno, considerando o maior anseio dos juízes do interior, quanto ao assessoramento jurídico, deliberou-se pela análise do Processo da AMAZON, cuja notícia foi a oficialização de um acordo nesse sentido, ficando, portanto, sobrestada a análise das possibilidades: viabilidade da assessoria virtual ser dividida por competências, com lotação de servidores fixos, a fim destes serem distribuídos pelos juízes do interior; implementação do projeto de residência jurídica para auxiliar os juízes do interior; e a inclusão no curso de Magistrados da ESMAM de um estágio de assessoramento, que seria voltado ao interior. **5. Proposta de realização de uma consulta interna entre servidores e magistrados a fim de conhecer os assuntos de maior interesse das classes.** Apesar de enviado o Ofício nº 058/2019 –



ESTADO DO AMAZONAS  
PODER JUDICIÁRIO  
SUBCOMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA  
AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

---

SOAPG, não compareceu nenhum representante do setor de projetos. Todavia, a servidora, Maria Cristina de Paiva Matos, representante do setor de Planejamento do Tribunal de Justiça ficou de se reunir com as servidoras Eleonora e Monique para confirmar se o setor de projetos já possui esse tipo de pesquisa e ou a forma como devemos proceder, em não se tendo o tipo de pesquisa que pretendemos. Da mesma forma, o Vice-Presidente, Fábio Tavarem Amorim ficou responsável por elaborar o texto da pesquisa e apresentar na próxima reunião. **6. Verificar os projetos para assegurar e manter a segurança dos prédios deste Tribunal de Justiça.** Apesar de enviado o Ofício nº 059/2019-SOAPG, não compareceu nenhum representante do setor da Assistência Militar. Na oportunidade, a secretária Joyce Makarem de Freitas ressaltou que entro em contato telefônico com o servidor Humberto Junior, do setor de tecnologia e informação, que informou a existência de projetos desse tipo em andamento no Tribunal de Justiça, mas cuja finalização depende de trâmites burocráticos. Sendo assim, foi determinado que se oficie ao referido servidor para comparecimento na próxima reunião. Outrossim, o servidor Mauro Saraiva Barros Lima, representante do setor de Gestão de Pessoas, levantou a ideia de ser feita uma reunião com todos os Subcomitês do Tribunal de Justiça, afim de conhecermos e acompanharmos as ações de cada um, cujo objeto possa interessar mais de um Subcomitê, ficando a servidora Maria Cristina de Paiva Matos responsável por agendar tal evento, uma vez que é secretária do Comitê de Política Estratégica **7. Análise da lista dos contratos em andamento do Tribunal de Justiça.** Enviado um e-mail contendo as listas de contratos e projetos em andamento no Tribunal de Justiça aos membros do Subcomitê para análise e definição dos que precisa ser acompanhado por este Subcomitê, foi solicitado dos membros dilação do prazo, bem como reenvio do mesmo, pois alguns indicaram não terem recebido. **8. Implementação de projetos pelo Subcomitê Orçamentário e de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.** Seguindo nossas tratativas e na busca do alcance dos objetivos impostos ao nosso Subcomitê, os dois projetos analisados ora viáveis seguem assim delimitados. **8.1. Plano de Disponibilidade de Assessoramento Jurídico aos juizes do interior do Estado.** Aberto o Processo no CPA nº 2019/019126, verificou-se que seu último andamento, em 20/08/2019, foi um despacho aduzindo a dispensa de manifestação, haja vista tramitar o Processo CPA nº 2019/021991, oriundo da AMAZON com mesmo objeto. Ademais, o Tribunal noticiou em seu site que a Presidência fechou um acordo de conciliação com a Amazon e a AMB neste sentido (em anexo). Mesmo assim, os membros do Subcomitê deliberaram, considerando a abrangência de nosso plano, a análise do acordo celebrado pela Amazon, a fim de avaliar se ele contempla realmente todo o nosso objeto proposto e aparentemente viável, ficando a secretária Joyce Makarem de Freitas e estudar o acordo e apresentar os dados na próxima reunião. **8.2 Estipulação de reserva orçamentária destinada ao fomento ao 1º Grau de Jurisdição.** Aberto Processo CPA nº 2019/019126, verificou-se que seu último andamento foi a determinação de

204

57P

4.



ESTADO DO AMAZONAS  
PODER JUDICIÁRIO  
SUBCOMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA  
AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

---

encaminhamento ao setor de Orçamento e Finanças, em 20/08/2019. **09. Elaboração e/ou implementação de uma matriz energética dos prédios do TJAM e alteração das lâmpadas dos prédios dos tribunais por leds, a fim de viabilizarmos uma economia de energia, assim como a troca dos vasos sanitários pelos que economizem mais água.** Item adiado, haja vista que, apesar de convocados pelo Ofício nº 060/2019 – SOAPG, não compareceu nenhum representante do setor de engenharia do Tribunal de Justiça. Na oportunidade foi determinado que fosse oficiado ao Subcomitê de logística para comparecimento e informações sobre o tema. **10. Questionamento dos juízes do interior quanto ao uso do PJE para os processos da Justiça Federal.** Considerando o questionamento dos juízes do interior acerca da obrigação de usarem o sistema PJE no que tange aos processos da Justiça Federal, foi decidido pelos membros pela elaboração de um Ofício ao Corregedor do Tribunal de Justiça acerca de como devem proceder os juízes em relação a devolução de cartas precatórias à Justiça Federal. **11. Substituição da secretária do Subcomitê durante sua licença maternidade.** Pauta inclusa durante a reunião, foi suscitado pela secretária Joyce Melo Makarem de Freitas a necessidade de definir quem fará sua substituição durante sua licença maternidade, haja vista a proximidade do momento, o que foi sugerido pelos membros que fosse oportunizada a servidora Lydia de Jesus Azevedo Neta, sua suplente legal, a manifestação quanto ao interesse da atividade, ficando a secretária responsável por entrar em contato com a mesma. Por fim, os membros do Subcomitê deliberaram acerca da próxima reunião ordinária marcada para o dia **30/09/2019 às 14h**. E nada mais havendo a ser deliberado, deu por encerrada a presente reunião, cuja a ata, após lida e conferida, foi por todos assinada.

**Dr. Jean Carlos Pimentel dos Santos**

Presidente

Juiz de Direito

**Dr. Aldrin Henrique de Castro Rodrigues**

Membro

Juiz de Direito

**Fábio Tavares Amorim**

Vice-Presidente

Servidor

**Máximo Soares de Sena**

Representante do SINTJAM

Servidor



ESTADO DO AMAZONAS  
PODER JUDICIÁRIO  
SUBCOMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA  
AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

---

encaminhamento ao setor de Orçamento e Finanças, em 20/08/2019. **09. Elaboração e/ou implementação de uma matriz energética dos prédios do TJAM e alteração das lâmpadas dos prédios dos tribunais por leds, a fim de viabilizarmos uma economia de energia, assim como a troca dos vasos sanitários pelos que economizem mais água.** Item adiado, haja vista que, apesar de convocados pelo Ofício nº 060/2019 – SOAPG, não compareceu nenhum representante do setor de engenharia do Tribunal de Justiça. Na oportunidade foi determinado que fosse oficiado ao Subcomitê de logística para comparecimento e informações sobre o tema. **10. Questionamento dos juizes do interior quanto ao uso do PJE para os processos da Justiça Federal.** Considerando o questionamento dos juizes do interior acerca da obrigação de usarem o sistema PJE no que tange aos processos da Justiça Federal, foi decidido pelos membros pela elaboração de um Ofício ao Corregedor do Tribunal de Justiça acerca de como devem proceder os juizes em relação a devolução de cartas precatórias à Justiça Federal. **11. Substituição da secretária do Subcomitê durante sua licença maternidade.** Pauta inclusa durante a reunião, foi suscitado pela secretária Joyce Melo Makarem de Freitas a necessidade de definir quem fará sua substituição durante sua licença maternidade, haja vista a proximidade do momento, o que foi sugerido pelos membros que fosse oportunizada a servidora Lydia de Jesus Azevedo Neta, sua suplente legal, a manifestação quanto ao interesse da atividade, ficando a secretária responsável por entrar em contato com a mesma. Por fim, os membros do Subcomitê deliberaram acerca da próxima reunião ordinária marcada para o dia **30/09/2019 às 14h**. E nada mais havendo a ser deliberado, deu por encerrada a presente reunião, cuja a ata, após lida e conferida, foi por todos assinada.



**Dr. Jean Carlos Pimentel dos Santos**

Presidente

Juiz de Direito

**Dr. Aldrin Henrique de Castro Rodrigues**

Membro

Juiz de Direito



**Fábio Tavares Amorim**

Vice-Presidente

Servidor



**Máximo Soares de Sena**

Representante do SINTJAM

Servidor



ESTADO DO AMAZONAS  
PODER JUDICIÁRIO  
SUBCOMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA  
AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

---

*Joyce Melo Makarem de Freitas*  
**Joyce Melo Makarem de Freitas**

Secretária  
Servidora

*José Andress da Rocha A. Cavalcanti*  
**José Andress da Rocha A. Cavalcanti**

Membro Suplente  
Servidor

**Mauro Saraiva Barros Lima**  
Representante do setor de Gestão de Pessoas

Servidor

*Maria Cristina de Paiva Matos*  
**Maria Cristina de Paiva Matos**  
Representante do setor de Planejamento

Servidora



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

### RELATÓRIO DE APRESENTAÇÃO DOS ASSUNTOS TRATADOS NA REUNIÃO MENSAL DO COMITÊ DE FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS – TJ/AM

Data da Reunião: 26/07/2019 – 11 hs - Sala da Presidência

Assuntos:

1 – Informações, sugestões, debates e deliberações acerca da elaboração e finalização da Portaria de implantação de sistema de **Flexibilização do Horário/marcação de ponto** para servidores do **Tribunal de Justiça do Amazonas – TJ/AM**.

2 – Em relação a **Resolução n. 240/2016 – CNJ** – Realização de Encontro/Palestra p/ apresentação e explanação sobre o fomento de boas práticas através da Gestão por Competência e Gestão de Pessoas.

3 – Data prevista para a próxima reunião do **Comitê de Gestão de Pessoas**.

– Com relação ao assunto - item **01**, após a abertura formal da reunião, foi colocado em debate as várias sugestões apresentadas desde a data da última reunião. Além das que já foram devidamente deliberadas, aprovadas e minutadas. Foram sugeridas pela **Dra. Cintya Kazuko (Diretora da Div. De Pessoal-TJ/AM)** novas inclusões na Portaria, levando-se em consideração as situações que poderiam surgir após os servidores terem aderido e solicitado o regime especial de flexibilização de horário(Ponto flexível). Dentre as novas propostas, foram destacadas 02 principais a saber:

**A)** A que trata dos servidores que já estiverem incorporados no sistema de ponto flexível e posteriormente forem escalados para plantões e semana nacional da conciliação. Os mesmos terão que bater seus respectivos pontos no **horário de 8 hs às 18 hs**.

**B)** Outra situação vislumbrada pela **Dra. Cintya Kazuko**, seriam a situações onde os servidores que também já tiverem aderido ao regime especial de horário flexível e venham a ser nomeados para cargos em comissão, GAJ e similares.... Estes seriam automaticamente excluídos do **sistema/regime diferenciado de horário** e perderiam o benefício da flexibilização, voltando ao sistema de horário regular de 08 às 14 hs.

Foi discutido entre os membros do referido Comitê, acerca das sugestões acima referenciadas p/implantação do referido sistema. Após as deliberações, foi votado pelo **deferimento** das mesmas. Deliberou-se então, pela inclusão de ambas as sugestões na minuta da Portaria em elaboração. Ficou determinado ainda, que os membros do Comitê deveriam na próxima reunião colocar em votação para aprovação, a respectiva Portaria já finalizada e definitiva, concernentes a flexibilização dos horários de entrada e saída de servidores do **TJ/AM**. Somente

após finalização desta etapa, é que a mesma seria submetida à Presidência para apreciação.

- Com relação ao assunto - item **02**, foi explanado pelo **Dr. Mauro Saraiva (Diretor da Div. De Gestão de Pessoas)** aos membros deste Comitê, que será realizado um encontro/palestra para apresentação de práticas de Gestão por competência/gestão de pessoas. Está previsto que esta palestra provavelmente será realizada na **data de 02/09/2019**.

Informa ainda que possivelmente será organizado um concurso com premiação para propostas a serem implementadas e ações que já estejam em implantação, objetivando incentivar os servidores do Judiciário no desenvolvimento de boas práticas com foco na Gestão por competência. Foi explicado ainda....., que será instituída uma comissão interna objetivando fazer análise e julgamento das ações/práticas inscritas. Ainda de acordo com o Dr. Mauro Saraiva, este concurso teria como objetivos principais, as seguintes metas:

01 – Identificar, selecionar e replicar as práticas de Gestão de Pessoas a serem implementadas e as que já estão implantadas no Poder Judiciário do Estado do Amazonas;

2 – Divulgar o reconhecimento e premiar boas iniciativas no tocante à Gestão de Pessoas que venham contribuir sobremaneira na busca da excelência, no âmbito das prestações de serviços judiciais, tratando-se do Poder Judiciário local;

3 – Incentivar continuamente o aperfeiçoamento de práticas de trabalho e nos serviços em Gestão de Pessoas dentro do TJ/AM;

4 – Desenvolver o compartilhamento de ideias, informações, métodos e experiências entre todos os setores e servidores atuando dentro do Tribunal de Justiça do Amazonas. Bem como, em todo o Poder Judiciário Amazonense;

5 – Promover o engajamento de todos os Magistrados e servidores do Judiciário amazonense para comprometerem-se com a implementação e desenvolvimento da Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário.

- Com relação ao assunto - item **03**, foi colocado em deliberação pelo **Dr. Henrique Veiga – Juiz e Presidente do Comitê de Formação, Aperfeiçoamento e Gestão de Pessoas** e aprovado pelos demais membros, objetivando o deferimento e providências posteriores. Sendo estipulada a data de **03/09/2019, 10:00 hs**, na sala de reuniões da **Presidência do TJ/AM**, para a próxima reunião do **Comitê de Gestão de Pessoas**.

Data: Manaus, 30/07/2019



Sds,

**ANDRESS CAVALCANTI**

Assessor Jurídico - TJ/AM.

[andress.cavalcanti@tjam.jus.br](mailto:andress.cavalcanti@tjam.jus.br)

(092) - 98128.33.74



ESTADO DO AMAZONAS  
PODER JUDICIÁRIO  
SUBCOMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA  
AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

LISTA DE PRESENÇA DE REUNIÃO DE 26/08/2019 DO SUBCOMITÊ  
ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE  
JURISDIÇÃO.

NOME	ASSINATURA
Felício T. Amorim	
MARINA EMILIANA DE PAIVA MARINHO	
MAURO SARAIVA B LIMA	
Joyce Arlete Adolhem de Freitas	
JOSÉ ANDROSS DA R.A. CAVALANTI	
Alfons Henrique de Castro Rodrigues	
Máximo Soares de Sena	
JEAN CARLOS T. DOS SANTOS	
MÁXIMO SOARES DE SENNA	

## Sala de Imprensa

### Presidente Yedo fecha acordo de conciliação com a Amazon e a AMB e assegura ampliação do número de assessores para juízes que atuam no interior

([images/foto\\_materia.jpg](#)) Audiência de conciliação foi realizada pelo Conselho Nacional de Justiça nesta quarta-feira (7) e atende a Resolução CNJ n.º 219.

Em audiência de conciliação realizada na manhã desta quarta-feira (7), na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília (DF), o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM); a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação de Magistrados do Amazonas (Amazon) firmaram acordo nos autos do Pedido de Providência (PP) 0004017-45.2019.2.00.0000, a fim de efetivar o cumprimento da Resolução CNJ n.º 219, que trata da distribuição de força de trabalho, no âmbito dos tribunais. A audiência foi presidida pelo relator do processo, conselheiro André Godinho.

Além do presidente do TJAM, desembargador Yedo Simões de Oliveira, participaram da audiência de conciliação a diretora-tesoureira adjunta da AMB, Maria Rita Manzarra; o presidente da Amazon, Luís Márcio Albuquerque, e presidente da OAB/AM, Marco Aurélio Choy. Na oportunidade, o Tribunal apresentou dados comparativos a outros tribunais de mesmo porte, bem como tabela com percentuais para efetivos cumprimento da Resolução CNJ n.º 219. Reforçando as peculiaridades e dificuldades locais, o presidente do TJAM apresentou as propostas para melhorar a prestação jurisdicional e as condições de trabalho da magistratura e dos servidores do 1.º grau.

Entre os pontos acordados, estão a nomeação de servidores por etapas. Na primeira, serão nomeados até o final deste ano 15 servidores para ingresso em unidades do interior do Estado; na segunda, serão nomeados 160 aprovados no concurso público para a capital e 1.ª e 9.ª Sub-regiões, perfazendo o total de alocação da força de trabalho para o 1.º grau de 175 novos servidores até junho de 2020. Também se comprometeram a cumprir os Termos de Cooperação Técnica, assinados com as prefeituras em que há déficit de pessoal, para cessão de servidores do Executivo ao Judiciário local, além da conclusão de estudos para elaboração de anteprojeto de lei para alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas, com objetivo de criar 72 novos cargos de assistente jurídico de entrância inicial para unidades jurisdicionais do interior.

O TJAM propôs, também, o incentivo à ampliação do Programa de Teletrabalho nas comarcas do interior, como forma de manter e atrair servidores para atendimento as localidades remotas. Além de elaboração de minuta de resolução que regulamente as lotações e relocações de servidores, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ n.º 219 com objetivo de priorizar o atendimento as unidades de 1.º grau.

O presidente Yedo Simões frisou que no acordo relativo à Resolução 219 ampliou a proposta para beneficiar a magistratura do Amazonas. O pedido era para que o Tribunal criasse 15 cargos comissionados para assessor de juiz nas comarcas maiores, mas o compromisso assumido foi de 72 cargos, justamente para atender a todos os juizes do interior do Estado. "É um avanço que vai ao encontro do que nos propusemos quando assumimos a gestão, sempre pensando na evolução do nosso Tribunal. Já somos um dos primeiros do País em termos de sistemas informatizados de gestão processual, apesar de nossas dificuldades de logística. Temos agregado a esses sistemas novas funcionalidades e, do ponto de vista dos recursos humanos, lançamos o concurso público para ampliar o número de servidores do nosso quadro, e temos preocupação com a qualidade para que nossa prestação jurisdicional seja diferenciada", afirmou o presidente

Ele destacou, ainda, que entre os tribunais de pequeno porte o TJAM é o que possui o menor número de servidores e, mesmo assim, é o mais produtivo. "Temos muitas dificuldades, por conta das características logísticas da nossa região. Temos uma despesa muito alta para fazer funcionar a nossa estrutura de atendimento no interior; a nossa aviação interna é uma das mais dispendiosas do País, o que encarece enormemente o nosso deslocamento. São fatores que exigem de nós empenho e criatividade, com ações que, inclusive, têm merecido reconhecimento nacional na área de gestão de pessoas, com programas como o Teletrabalho; Assessoria Virtual, entre outros. Temos um excelente quadro de juizes e um quadro de servidores muito preparados, tanto que estamos ingressando no mês de agosto e já conseguimos superar, em mais de 100%, praticamente todas as Metas Nacionais do Judiciário no conjunto de nossas comarcas. Há gargalos, os quais a gente ataca com ações específicas que têm sido exitosas".

A diretora-tesoureira adjunta da AMB, Maria Manzarra, destacou a importância da Resolução n.º 219 como parâmetro para a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de 1.º e 2.º graus. Ela apontou, ainda, que os números apresentados durante a audiência desta quarta-feira evidenciam a necessidade de priorizar o 1.º grau. Os dados apresentados mostram que 93,57% dos processos estão no 1.º grau e 6,43% no 2.º grau, no entanto, a força de trabalho não observa essa proporção. De acordo com os dados disponibilizados pelo Departamento de Pesquisa Judiciária do CNJ se verifica que 83% dos servidores estão lotados no apoio direto do 1.º grau e 17% no 2.º grau, enquanto os cargos comissionados 63% estão no 1.º grau e 37% no 2.º grau.

"A implementação da Resolução n.º 219 passa por uma necessária conciliação porque cada Tribunal tem sua realidade. É por essa razão que buscamos a solução consensual através de audiências como esta realizada no dia de hoje", reforçou Maria Rita Manzarra.

Para o presidente da Amazon, juiz Luís Márcio Albuquerque, as propostas atendem o pleito lançado, tendo em vista que se trata de uma resolução difícil de ser cumprida na integralidade. "Penso que as propostas que foram formuladas pelo TJAM atendem, mesmo que parcialmente, o que foi pleiteado pela Associação", disse.

Terezinha Torres

(Com informações da AMB)

Imagem: Divulgação

Revisão: Joyce Tino

DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Telefones | (92) 2129-6771 / 99485-8526

E-mail: [tjamweb@gmail.com](mailto:tjamweb@gmail.com) (<mailto:tjamweb@gmail.com>)